

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e dezembro 2022

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.426	2.492	Fornecedores	8	3.991	3.768
Contas a receber e outros recebíveis	5	6.522	6.052	Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	9	5.474	6.227
Estoques		3.513	3.215	Obrigações sociais e trabalhistas		2.001	1.847
Impostos e contribuições a recuperar		737	62	Obrigações tributárias		508	406
Despesas antecipadas		292	242	Imposto de renda e contribuição social a pagar		406	407
Total do ativo circulante		12.490	12.063	Total do passivo circulante		12.380	13.094
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	8	550	592
Depósitos judiciais		32	32	Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	9	38.709	39.681
Impostos e contribuições a recuperar		181	181	Obrigações tributárias		1.087	1.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.384	1.361	Provisão para perda com causas judiciais	10	116	105
Total do realizável a longo prazo		1.597	1.574	Total do passivo não circulante		40.462	41.465
Imobilizado		1.269	1.264	Patrimônio líquido			
Ativos de direito de uso		427	328	Capital social		81.620	81.620
Intangível	6	153.352	144.882	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	1.000	-
Ativos de contrato	7	12.019	10.334	Reserva legal		2.615	2.044
Total do ativo não circulante		168.664	158.382	Reservas de lucros		43.077	32.222
Total do ativo		181.154	170.445	Lucro Líquido do período		-	-
				Total do patrimônio líquido		128.312	115.887
				Total do passivo		52.842	54.559
				Total do passivo e patrimônio líquido		181.154	170.445

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	70.620	11.000	1.650	24.730	-	108.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.886	7.886
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	394	-	(394)	-
Reserva de lucros	-	-	-	7.492	(7.492)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.000	(11.000)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	81.620	-	2.044	32.222	-	115.887
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.000	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.427	11.427
Reserva legal	-	-	571	-	(571)	-
Reserva de lucros	-	-	-	10.855	(10.855)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	81.620	1.000	2.616	43.078	-	128.313

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia: **1.1. Operações Gerais:** A Tubarão Saneamento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Rua Altamir Guimaraes nº 685, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída em 11 de novembro de 2011, iniciou suas atividades em 01 de março de 2012 com objetivo exclusivo à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, nos termos do "Edital de Concorrência nº 001/2010/Fundasa" e do "Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de Tubarão", nº 38/2012. O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042. O controle da Companhia pertence a empresa Duane do Brasil S.A., com 100% das ações. **2. Políticas contábeis - 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária da caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.3. Receitas de contrato com cliente:** Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Contratos de concessão de serviços e construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPIC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e considera tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. Receita de serviços de operação: A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera. **2.4. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras; • Juros sobre atualização de impostos a recuperar; • Despesas com juros sobre financiamentos e arrendamentos; e • Outras despesas e receitas financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.5. Tributos:** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. c) Tributos sobre a venda: Despesas e ativos são reconhecidos

líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. **2.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. b) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. c) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Máquinas, aparelhos e equipamentos..... 10 anos Móveis e utensílios..... 10 anos Computadores e periféricos..... 5 anos Veículos..... 5 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.7. Intangível:** a) Reconhecimento e mensuração: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. c) Amortização: Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.8. Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. a) Ativos financeiros: i) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.3 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ii) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. Ativos financeiros ao custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária da caixa. iii) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo

Demonstrações do Resultado

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14	80.517	84.956
Custo dos serviços prestados	15	(41.758)	(53.233)
Lucro bruto		38.759	31.724
Receita (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	15	(1.978)	(1.746)
Despesas administrativas e gerais	15	(13.519)	(12.477)
Outras receitas e despesas		(3)	(21)
		(15.500)	(14.244)
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		23.259	17.480
Receitas financeiras	16	805	774
Despesas financeiras	16	(7.068)	(6.386)
Resultado financeiro líquido		(6.263)	(5.613)
Lucro operacional antes dos tributos		16.996	11.867
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.593)	(3.840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	24	(139)
Lucro líquido do exercício		11.427	7.887

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		11.427	7.887
Resultado abrangente total		11.427	7.887

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.427	7.887
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(101)	(69)
Depreciação e amortização	10.033	8.318
Provisão para contingências	11	(61)
Impostos com recolhimento diferidos - PIS e Cofins	(295)	135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24)	139
Juros sobre atualização de contas a receber e outros recebíveis	(706)	(599)
Juros sobre atualização dos impostos a recuperar	(13)	(31)
Juros incorridos de emprést., financiamentos, debêntures e mútuos	5.386	4.484
Imposto de renda e contribuição social provisionados	5.593	3.840
Baixa de depreciação na alienação e ativo imobilizado	1.151	531
Total	32.463	24.573
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	337	(690)
Aumento em estoques	(298)	(493)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	0	-
Redução em impostos e contribuições a recuperar	(662)	29
Aumento em despesas antecipadas	(50)	(60)
Aumento (redução) em fornecedores	181	(40)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	154	336
Redução em obrigações tributárias	(42)	33
Caixa gerado nas atividades operacionais	32.082	23.688
Juros pagos de emprést., financiamentos, debêntures e mútuos	(5.307)	(3.722)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.594)	(3.653)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	21.182	16.314
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(310)	(416)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(20.622)	(32.999)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(20.932)	(30.449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.316)	(5.506)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos tomados	3.000	23.000
Custo de transações na captação de recursos de terceiros	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000	-
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das ativ. de financ.	(1.316)	17.494
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.065)	3.359
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.492	2.098
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.426	2.492

transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. b) Passivos financeiros: i) Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. ii) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. Custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. iii) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. c) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.9. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **2.10. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Provisões:** a) Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. b) Provisão para perdas com causas judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou

decisões de tribunais. **2.13. Benefícios a empregados:** a) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. b) **Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós-emprego. **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 5 anos; • Veículos: 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.9. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 2.16. Classificação circulante versus não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade, IFRS 17 - Contratos de seguro; Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, contemplando todos os aspectos contábeis específicos para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2023. **2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. O Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) **Incertezas sobre estimativas e premissas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – NE 6. • Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – NE 5

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa	2	4
Saldo bancário	1.165	2.008
Aplicações financeiras	259	482
Total	1.426	2.492

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Modalidades	2023	2022
Certificado de depósito bancário	100	162
Fundos de investimento	158	320
Total	259	482

Em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI, dos certificados de depósito bancário e fundos de investimento foi de 13,03% e 12,46% (0,20% e 4,42% em 31 de dezembro de 2022) respectivamente. O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber e outros recebíveis:

	2023	2022
Contas a receber de saneamento e serviços	16.416	15.944
Direitos a faturar	2.790	2.690
(-) Provisão para perda do valor recuperável	(12.683)	(12.582)
Total	6.523	6.052

Adiantamentos
Outros
Total

	6.814	6.294
Total	6.814	6.294

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2023	2022
A vencer	5.674	5.250
Vencidos de 1 a 30 dias	1.166	1.125
Vencidos de 31 a 90 dias	285	233
Vencidos de 91 a 120 dias	38	35
Vencidos de 121 a 180 dias	19	13
Vencidos de 181 a 360 dias	87	22
Vencidos acima de 360 dias	11.937	11.957
Total	19.206	18.634

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.513	(272)
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	341	-
Valores baixados	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.582	12.582

Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	2023	2022
Intangível	170.916	170.916
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	1.136	1.366
Hidrômetros - ICPC 01	1.696	156
Rede de água - ICPC 01	28.468	2.090
Rede de esgoto - ICPC 01	77.676	931
Estação de tratamento de água - ICPC 01	20.392	810
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	27.952	1.568
Direito de uso de software	595	2
Total	170.916	170.916

	2023	2022
Intangível	130.275	130.275
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	11.795	448
Hidrômetros - ICPC 01	1.487	3
Rede de água - ICPC 01	20.020	6.338
Rede de esgoto - ICPC 01	54.063	1.132
Estação de tratamento de água - ICPC 01	14.685	1.966
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	27.631	251
Direito de uso de software	592	3
Total	130.275	130.275

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões. b) **Amortização:** O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

7. Ativos de contrato: Referem-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

	2023	2022
Ativo de contrato	18.417	22.860
Saldos em 1º de janeiro de 2022	22.860	30.791
Adições	(30.791)	-
Transferências	(152)	-
Baixas	10.334	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.651	10.334
Adições	(12.462)	-
Transferências	(605)	-
Baixas	12.019	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.019	12.019

(*) O saldo refere-se à classificação de ativo da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

8. Fornecedores e outras contas pagar:

Nota	2023	2022
Fornecedores diversos	3.944	3.136
Partes relacionadas - operações mensais	47	42
Contas pagar diversas	550	1.096
Total	4.541	4.275

	2023	2022
Adiantamentos	-	86
Circulante	3.991	3.768
Não circulante	550	592
Total	4.541	4.360

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 144 meses
Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	44.183	5.473	210	-	-	38.500
31 de dezembro de 2022	44.183	5.473	210	-	-	38.500
Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	45.908	5.765	4.181	-	-	35.962

b) **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:**

	Mútuo	Debêntures	Arrendamentos	Capital social	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2022	12.799,00	13.899	384	70.620	97.702
Varições dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-	-
Captação mútuo	23.000,00	-	-	-	23.000
Amortização de debêntures	-	(4.898)	-	-	(4.898)
Amortização - arrendamento	-	-	(608)	-	(608)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	11.000	11.000
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	23.000,00	(4.898)	608	11.000	28.492
Outras variações	-	-	-	-	-
Provisão de juros sobre debêntures	-	1.800	-	-	1.800
Provisão de juros - arrendamento	-	-	22	-	22
Provisão de juros - mútuo	2.661,00	-	-	-	2.661
Arrendamento	-	-	570	-	570
Pagamento de juros sobre debêntures	-	(1.809)	-	-	(1.809)
Pagamento de juros - arrendamento	-	-	(22)	-	(22)
Integralização de capital social com saldo dos AFACs	1.891,00	-	-	-	1.891
Total de outras variações	770,00	(9)	570	0	1.331
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.569	8.992	346	81.620	127.527
Saldos em 1 de janeiro de 2023	36.569	8.992	346	81.620	127.527
Varições dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-	-
Captação mútuo	3.000	-	-	-	3.000
Amortização de debêntures	-	(4.898)	-	-	(4.898)
Amortização - arrendamento	-	-	(418)	-	(418)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	3.000	(4.898)	(418)	0	(2.316)
Outras variações	-	-	-	-	-
Provisão de juros sobre debêntures	-	1.096	-	-	1.096
Provisão de juros - arrendamento	-	-	23	-	23.235
Provisão de juros - mútuo	4.267	-	-	-	4.267
Arrendamento	-	-	511	-	511.392
Pagamento de juros sobre debêntures	-	(1.107)	-	-	(1.107)
Pagamento de juros - arrendamento	-	-	(23)	-	(23.235)
Pagamento de juros - mútuo	4.177	-	-	-	4.177
Total de outras variações	90	11	511	0	591
Saldo em 31 de dezembro de 2023	39.659	4.084	440	81.620	125.802

10. Provisão para perda com causas judiciais: A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$ 116 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2022). As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$ 2.738 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 984 em 31 de dezembro de 2022). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização. **11. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 81.620 (R\$ 81.620 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 72.110.000 ações ordinárias (72.110.000 em 31 de dezembro de 2022), nominativas, sem valor nominal, percententes aos seguintes acionistas: 72.110.000 ações de Duane do Brasil S.A. (36.055.000 ações de Igua Saneamento S.A e 36.055.000 ações de Duane do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022). Em 27 de dezembro de 2023 foi concretizada a venda das ações da empresa Igua Saneamento S.A., adquiridas pela empresa Duane do Brasil S.A. Pertence ao seguinte acionista: 72.110.000 ações de Duane do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023. b) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em Instrumento Particular de Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado no dia 30 de outubro de 2023 os acionistas da Tubarão Saneamento aprovaram o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 1.000 (Um milhão de reais) para realizar o plano de investimentos e cumprir o contrato de concessão. Os valores foram disponibilizados para a Companhia no mesmo dia, nos montantes de R\$ 500 (quinhentos mil reais) pela controladora em conjunto Igua Saneamento S.A. e R\$ 500 (quinhentos mil reais) pela controladora em conjunto Duane do Brasil S/A, na exata proporção de sua participação na sociedade. Com a aquisição das ações da empresa Igua Saneamento S.A., a empresa Duane do Brasil S.A. passa a ter a proporção total do valor do Adiantamento para futuro aumento de

	Valor justo por meio do resultado	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	259	482
Contas a receber e outros recebíveis	5	5	-	-
Ativos financeiros	9	9	259	482
Fornecedores e outras contas a pagar	8	8	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	9	9	-	-
Passivos Financeiros	17	17	-	-

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. b) **Mensuração do valor justo:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

(Continuação...)

	2023	2022
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	-	(178)
Valores baixados	-	280
Saldo em 30 de junho de 2023	12.683	12.683

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de preço. **i) Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Caixa e equivalentes de caixa serem mantidos em bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	4	1.426	2.492
Contas a receber e outros recebíveis	5	6.522	6.052
Total		7.948	8.544

iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas.

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras		CDI	4,42	11	5,53	14	6,63	17
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(43.743)	CDI	4,39	(1.920)	5,49	(2.400)	6,59	(2.880)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(43.484)			(1.920)		(2.386)		(2.863)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(477)		(954)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas.

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras		CDI	4,42	11	3,32	9	2,21	6
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(43.743)	CDI	4,39	(1.920)	3,29	(1.441)	2,20	(961)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(43.484)			(1.920)		(1.432)		(955)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						447		(954)

v) Risco de preço: A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente. vi) Cronograma de amortização da dívida: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Fluxo caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 114 meses
31 de dezembro de 2023							
Fornecedores e outras contas a pagar	4.541	4.541	3.991	550	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.183	44.183	5.473	210	-	-	38.500
Total	48.724	48.724	9.464	760			38.500
31 de dezembro de 2022							
Fornecedores e outras contas a pagar	4.275	4.275	3.682	592	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.908	43.676	7.982	7.195	5.749	1.456	21.294
Total	50.183	47.951	11.664	7.787	5.749	1.456	21.294

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente de forma antecipada, ou em valores diferentes.

14. Receita operacional líquida:

	2023	2022
Receita operacional líquida	2023	2022
Saneamento	68.550	58.204
Construção	19.455	32.554
Serviços	1.130	1.035
Abatimentos e cancelamentos	(2.372)	(1.476)
Impostos sobre serviços	(6.246)	(5.361)
Total	80.517	84.957

15. Custos e despesas por natureza:

	2023	2022
Custos dos serviços prestados	2023	2022
Custos e materiais diretos	(6.278)	(6.012)
Custos com pessoal	(5.157)	(4.576)
Construção	(19.455)	(32.554)
Materiais indiretos	(3.528)	(2.962)
Depreciação e amortização	(9.512)	(7.727)
Créditos de Pis e Cofins	2.171	598
Total	(41.759)	(53.233)
Despesas comerciais	2023	2022
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	101	69
Outras despesas comerciais	(535)	(453)
Despesa com pessoal	(1.544)	(1.362)
Total	(1.978)	(1.746)
Despesas administrativas e gerais	2023	2022
Despesas com pessoal	(4.391)	(3.975)
Serviços contratados	(2.709)	(2.542)
Outras despesas (*)	(5.898)	(5.370)
Depreciação e amortização	(521)	(591)
Total	(13.519)	(12.477)

(*) No ano de 2022 compreende: Taxa de Regulação (2.668); Publicidade e Propaganda (810); Seguros em Geral (180); Software/Informática (765); Despesas Gerais (1.475).

16. Receitas e despesas financeiras:

	2023	2022
Receitas financeiras	2023	2022
Juros sobre contas a receber de clientes	706	599
Juros de aplicações financeiras	80	142
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	13	31
Descontos obtidos	6	2
Total	805	774
Despesas financeiras	2023	2022
Juros de empréstimos e financiamentos	(5.386)	(4.484)
Descontos concedidos	(863)	(741)
Outras despesas financeiras	(819)	(1.162)
Total	(7.068)	(6.386)
Despesas financeiras líquidas	(6.263)	(5.613)

17. Imposto de renda e contribuição social: Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	534	534	2.598	2.598	-	-
Direitos a faturar	-	-	861	830	(31)	(205)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.062	4.050	-	-	12	(10)
Provisão para contingências	39	43	-	-	(4)	(13)

suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar	8	4.541	4.275
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	44.183	45.908
Circulante		9.465	9.909
Não circulante		39.259	40.273
Total		48.724	50.182

iv) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP. Perfil: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2023	2022
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	4	259	482
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	9	43.743	45.562

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras		CDI	4,42	11	5,53	14	6,63	17
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(43.743)	CDI	4,39	(1.920)	5,49	(2.400)	6,59	(2.880)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(43.484)			(1.920)		(2.386)		(2.863)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(477)		(954)

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras		CDI	4,42	11	3,32	9	2,21	6
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(43.743)	CDI	4,39	(1.920)	3,29	(1.441)	2,20	(961)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(43.484)			(1.920)		(1.432)		(955)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						447		(954)

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado dos exercícios:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Outras provisões	207	162	-	-	45	89
Compensação (*)	(4.843)	(4.789)	(3.459)	(3.428)	24	(139)
Total	-1.384	-1.361	-	-	-24	(139)

Reconciliação da taxa efetiva
Resultado exercício antes dos impostos

	2023	2022
Alíquota nominal	16.996	11.867
Despesa com imposto de alíquota nominal	(34%)	(34%)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social	(5.779)	(4.035)
Despesas não dedutíveis	159	(249)
Outras	51	304
Imposto corrente	(5.593)	(3.840)
Imposto diferido	24	(139)
Alíquota efetiva	(33%)	(34%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

18. Partes relacionadas: As partes controladoras em conjunto da Companhia são a Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A., por definição de acordos de acionistas em 31 de dezembro de 2022. A parte controladora da Companhia é a empresa Duane do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2023. A Companhia é administrada por uma Diretoria composta de 4 integrantes, em 31 de dezembro de 2023. Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos aos administradores pró-labores, contabilizados na rubrica "Honorários de Diretoria". A remuneração de pessoal-chave da Administração, registrada no resultado do exercício, compreende os seguintes montantes:

	2023	2022
Remuneração da diretoria	1.258	1.148
Encargos Sociais	252	230
Total	1.509	1.377

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
(Nota 6)	(Nota 6)	(Nota 9)	(Nota 9)			
Repasses de recursos e custos - CSC (a)	-	-	42	-	-	-
Contrato de assistência técnica (b)	-	-	47	-	1.081	1.128
Debêntures (c)	-	-	4.084	8.992	-	-
Mútuo (d)	-	-	39.659	36.570	-	-
Circulante	-	-	5.290	5.980	1.081	1.128
Não circulante	-	-	38.500	39.623	-	-
Total	-	-	43.790	45.604	1.081	1.128

(a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e as controladoras em conjunto com vigência até o término do contrato de concessão. (c) Refere-se a compra de debêntures simples, não conversíveis em ações emitidas em 25 de outubro de 2019, pela Tubarão Saneamento S/A, no valor de R\$20.000 milhões. As sócias Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A. efetuaram a aquisição de debêntures correspondentes a R\$10.000 milhões cada, com

a primeira parcela vencendo em 28 de outubro 2020, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de 4% a.a., amortizada em 48 parcelas. Com a aquisição por parte da Duane do Brasil S.A. das ações da empresa Iguá Saneamento S.A., os R\$ 20.000 milhões correspondentes pertencem a Duane do Brasil S.A. (d) Refere-se a contrato de mútuo celebrado com as acionistas Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A., no ano de 2021 e 2022, com prazo para pagamento dos juros a cada 6 meses após assinatura dos contratos e em até 120 meses o valor do principal, com juros definidos em 12% a.a. Com a aquisição por parte da Duane do Brasil S.A. das ações da empresa Iguá Saneamento S.A., os contratos de mútuo foram negociados na venda e pertencem a Duane do Brasil S.A.

	2023	2022
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos)	10.558	10.558
Seguro garantia	16.983	16.442
Responsabilidade civil	1.000	1.000
Total	28.541	28.000

20. Compromissos: a) Decorrente da taxa de regulação e fiscalização: Refere-se a taxa de repasse para cobrir os gastos da Agência Reguladora no percentual atual de 1,1% da arrecadação bruta mensal. Esse percentual de repasse sofre diminuição regressiva linear anual, decrescendo esse percentual até 1% no último ano da concessão. **b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão:** A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

21. Eventos Subsequentes: Distribuição de Dividendos, em 17 de janeiro de 2024 o acionista deliberou em Ata de Assembleia Geral Extraordinária que o saldo acumulado dos lucros em 31 de dezembro de 2022 será distribuído no primeiro semestre de 2024. Em 16 de fevereiro de 2024 o acionista deliberou em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

Diretoria
Marcelo Fernandes Matos
Paulo Eduardo Canalles
Contadora: Maria Aparecida Machado de Souza - CRC/SC nº 032.200/O-9

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

A